

Território, planeamento e outras ficções

ÁLVARO DOMINGUES

RESUMO

O título desta nova revista - **Território, Planeamento e Urbanismo - teoria e prática** – contém três palavras cujos significados oscilam entre dois extremos: ora parecem quase auto-explicativos, de tão familiares que nos são e porque abundam no discurso comum a propósito de quase tudo; ora se enredam facilmente numa tal pluralidade de sentidos, manipulações e significados instáveis e contraditórios, que parecem correr o risco de colapso eminente por excesso de polissemia e total falta de clareza. Enquanto o planeamento parece inoperacional e confuso, pululam os adjectivos que não dizem nada, como “sustentável”, “resiliente” e outros placebos; provavelmente a proliferação dos conceitos vagos deve-se exactamente a essa inoperacionalidade. O estado da arte é uma enorme confusão.

A razão desta contradição explica-se em parte porque ninguém quis saber muito bem o que é que acontecia ao planeamento e ao urbanismo dos anos de ouro do pós-guerra se, ao mesmo tempo, tivessem mudado avassaladoramente as lógicas e os dispositivos socio-técnicos e económicos da organização social (e por isso também territorial), o poder do Estado e a própria soberania que o Estado-Nação tinha em matéria de regulação social (ordenamento e urbanismo incluído).

Território, planeamento ou urbanismo constituem âmbitos de conhecimento muito abertos, alimentados por uma enorme variedade de campos científicos e não científicos, teóricos e aplicados, das ciências naturais às ciências sociais, da política, ao senso comum. Misturam-se aqui atitudes puramente analíticas, com atitudes prescritivas onde aquilo que “deve ser, pode já ter perdido completamente a razão de assim ser.

Temos a evidência comum que o território é o lugar onde as coisas têm existência, nomeadamente em função da forma como são apropriadas individual e colectivamente. A crise do território ou da urbanização (cidade é apenas uma metáfora literária) é a crise das coisas públicas, da res publica, e só se clarificará quando conseguirmos clarificar quem nos governa, com que objectivos e, sobretudo, como queremos ser governados para lá das retóricas fechadas onde nos colocam – os mercados, a competitividade, a globalização, o empreendedorismo, a natureza, o ambiente... e outras palavras para rever ou destruir.

PALAVRAS-CHAVE

Território · Planeamento ·
Urbanismo · Técnica · Política

ABSTRACT

The title of this new journal - **Territory, Planning and Urbanism - *theory and practice*** - contains three words whose meanings oscillate between two extremes: sometimes they seem almost self-explanatory, so familiar to us and so abundant in any common discourse about almost everything; sometimes they easily entangled in such a plurality of unstable, contradictory meanings, manipulations that they seem to be at risk of eminent collapse by too much polysemy and utter lack of clarity. While planning seems inoperative and confusing, adjectives that say nothing, like “sustainable”, “resilient” and other placebos, swarm. Probably the proliferation of vague concepts is due precisely to such inoperability. The state of the art is a huge mess. The reason for this contradiction is partly explained by the fact that no one really wanted to know what happened to the planning and urban planning of the post-war gold years if they had at the same time overwhelmingly changed the logics and socio-technical devices Economic and social organization (and therefore also territorial), the power of the state and the sovereignty that the nation-state had in terms of social regulation (urban planning and urbanism included).

Territory, planning or urbanism are very open fields of knowledge, fed by a huge variety of scientific and non-scientific fields, theoretical and applied, from the natural sciences to the social sciences, from politics to common sense. Purely analytical attitudes are mixed here, with prescriptive attitudes where what “must be, may already have completely lost its reason for being so.

We have the common evidence that territory is the place where things exist, namely in terms of how they are individually and collectively appropriate. The crisis of territory or urbanization (the city is only a literary metaphor) is the crisis of public affairs, of the *res publica*, and will only be clarified when we can clarify who governs us, with what objectives and, above all, how we want to be governed there Of the closed rhetoric where they place us - markets, competitiveness, globalization, entrepreneurship, nature, the environment... and other words to review or destroy.

KEYWORDS

Territory · Planning ·
Urbanism · Technique · Politic

Território, planeamento e outras ficções

ÁLVARO DOMINGUES

Professor Associado

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP)

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo

da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEAU-FAUP)

1. INTRODUÇÃO

Três ensaios preliminares sobre território e planeamento



1.1. TERRITÓRIOS ACTUAIS E A SUA EVOLUÇÃO

Um irracional (ou, pelo menos, assim considerado) como esta ovelha momentaneamente distraída do ofício de pastar por via da presença de um humano munido de uma máquina fotográfica, poderá com toda a justiça perguntar sobre o que será o território e a sua transformação. Para uma ovelha deve ser

simples: há territórios com ervas e outras coisas de comer e há um número infinito de outros territórios que não servem para isso e têm pouco interesse do ponto de vista da racionalidade instintiva. Simples.

Para os humanos, não. Há mais confusões sobre o território do que pilares a susterem viadutos. O sistema território é como a física da atmosfera: é um sistema caótico; além de não se perceber o que é, sabe-se que a qualquer momento qualquer mínima modificação algures pode originar grandes e insuspeitadas mudanças. A evolução não é previsível e o encadeamento de causas e efeitos é um labirinto. Não sendo um objecto discreto, claramente reconhecível, mas uma forma de pensar e representar qualquer territorialização de qualquer questão ou conjunto de questões, o território também não admite nenhuma metateoria. A análise desdobra-se nos mais variados contextos e escalas e, se for o caso, a prescrição ou a regulação sobre questões ditas territoriais também será instável e impossível de prever na infinidade de efeitos directos e colaterais que possa despoletar.

Se isto se pode pensar a partir de uma cabra a pastar debaixo de um viaduto, o que não se poderá dizer de outras coisas bem mais complicadas.



1.2. O PLANEAMENTO ENQUANTO PREPARAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Conhecer para prever e para agir sobre os acontecimentos seria a utopia final da ciência e da tecnologia ao serviço do planeamento. No espírito do tecnocrata puro, a racionalidade tecno-científica bastar-se-ia a si própria para legitimar a acção, dispensando o escrutínio político qualquer que ele fosse. O tecnocrata esquece com facilidade que a racionalidade técnica é apenas uma racionalidade entre muitas e que, quanto ao poder de visão do conhecimento científico, sabemos o bastante de ficção e realidade científica para duvidarmos de qualquer futurologia assim enunciada.

Em tese, o planeamento corresponderia a uma série de conhecimentos e práticas para garantir um determinado sentido no caminho a que chamamos progresso. Se o lugar da ciência e da técnica fosse uma torre de marfim ou um paláciotransparente, o planeamento seria como a física mecânica da balística tão previsível como a lei da gravidade ou o efeito do atrito. Como não é assim, a balística de um regime totalitário seria a mais adequada para operacionalizar um tal desígnio, anulando todos os atritos e até, mesmo tendo o planeamento falhado, impondo as condições para se reconhecer que as coisas teriam corrido bem e produziram os resultados esperados.

A questão é que do ponto de vista tecno-científico o planeamento está longe de ter um suporte minimamente objectivo e consensual por entre o conjunto de saberes e instituições que a ele se dedicam produzindo teoria ou prática. Do ponto de vista político a questão não é menos complexa: o Estado, garante da gestão dos bens e dos interesses públicos (e do planeamento, claro), foi capturado pelo sistema capitalista liberal deixando de ter as possibilidades que tinha no modelo social-democrata europeu. O totalitarismo do preço, do mercado, da concorrência, do lucro é aquele que mais aparece como motor de transformação de tudo e, por isso, também do território. Quando a importância das coisas, o seu valor, se reduz à argumentação acerca de custos, preços ou lucros, cabe perguntar para que serve ou a quem serve o planeamento e as transformações que preconiza.

Mesmo que assim não fosse, como levar a sério o planeamento e suas causas se é tão frequente hoje quererem-nos convencer que o CO² é uma coisa terrível e que os automóveis e os camiões são inimigos perigosos da espécie. Até parece que objectivos tão nobres como diminuir a pobreza ou construir um mundo mais justo ficaram agora de repente ultrapassados por estas maletas de ricos com a consciência pesada do seu passado fumegante.



1.3. O URBANISMO ENQUANTO TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

“Les hommes qualifiés de technocrates passent pour détenir des compétences éminentes ainsi que le don de l’efficacité. Ils en auraient le quasimonopole. Or, ils n’existent pas. Les prétendus technocrates aménagent selon les normes fixées ailleurs et pour des raisons qui n’ont rien à voir avec la technique, les villes, les territoires, la circulation, les communications et la consommation.”¹

Assim via Lefèbvre o tecnocrata como expressão negativa de um saber/acção pretensamente eficaz e desligado das razões políticas do Estado em função do seu papel regulador junto da sociedade/território. Entre a retórica da competência e da racionalidade (os melhores ao serviço do progresso), do apolitismo (livres das pressões e dos interesses) ou da subordinação aos eleitos (para garantir a legitimidade democrática das decisões), o urbanismo enquanto tecnocracia está longe de nos fornecer uma visão estável e coerente.

Para além das razões *técnicas*, é de sociologia política que se trata quando, de facto, quisermos perceber o que move o urbanismo, os urbanistas e as instituições que os enquadram, e a quem servem as causas/objectivos que dizem defender e das quais se ocupam. O racional técnico de pouco importa ao cidadão se aí for percebida a injustiça ou o favorecimento ou, em qualquer

¹ Lefebvre, Henri (1967), *Vers le Cybernanthrope (contre les technocrates)*, Paris: Denoël/Gonthier, p.19

caso, a própria incompreensibilidade das razões técnicas e do modo como são formuladas e debatidas. Uma racionalidade técnica que o cidadão não entenda é um passo para a própria deslegitimação do planeamento.

Não há dúvida quanto aos efeitos do urbanismo na transformação do território; as dúvidas e os desacordos são acerca dos assuntos e respectivos dispositivos técnico-jurídicos da lei de solos, do planeamento e do urbanismo. Existe a sensação de que a complexidade e a globalização do sistema capitalista produzem os mais inesperados efeitos sociais e territoriais e, ao mesmo tempo, temos a sensação também de que há pouca ou nula relevância na produção de respostas socialmente justas que derivam da opacidade e da inoperância das leis e dos planos e de quem disso se ocupa. Entretanto esgrimem-se retóricas vagas e ocas sobre sustentabilidade, ambiente e outras generalidades do género.

Chegados aqui, mais valera que o urbanismo se fixasse em duas ou três coisas que fossem compreensíveis, claras e eficazes na promoção da justiça social para esta geração e se abandonasse a ilusão sobre os efeitos produzidos pela – ouviu-se esta expressão da boca de um reputado jurista num congresso sobre planos de ordenamento - *diarreia legal* em que se transformou o assunto.

2. DESENVOLVIMENTO

O título desta nova revista - **Território, Planeamento e Urbanismo - teoria e prática** – contém três palavras cujos significados oscilam entre dois extremos: ora parecem quase auto-explicativos, de tão familiares que nos são e porque abundam no discurso comum a propósito de quase tudo; ora se enredam facilmente numa tal pluralidade de sentidos, manipulações e significados instáveis e contraditórios, que parecem correr o risco de colapso eminente por excesso de polissemia e total falta de clareza.

Quanto à teoria e à prática, ocorre-me um escrito que estava na porta do gabinete de uma minha professora de Geografia:

“Teoria é quando sabemos tudo mas nada funciona; prática é quando tudo funciona mas não sabemos porquê; nós aqui juntamos teoria e prática: nada funciona e não sabemos porquê”.

O escrito era quase paralisante. *Tudo* ou *nada* são medidas que não convêm a coisa nenhuma nem muito menos aos assuntos do conhecimento geográfico teórico e aplicado vistos por um então jovem estudante de geografia num estabelecimento de ensino superior. No entanto, esta afirmação é bastante útil

para quem pensa que tem todo o saber teórico na mão e que esse conhecimento só não contribui para a emancipação da humanidade porque os “maus” estão sempre a dar cabo das boas intenções. Quanto à prática, não é nada verdade que tudo funcione. Pelo o que se ouve é mais ao contrário porque sempre que se fala de planeamento é difícil saber se são mais ou menos as ocasiões em que se fala disso de forma positiva ou se, pelo contrário, se lamenta, acusa, reprova isto ou aquilo, afirmando-se que o planeamento não existe, é ineficaz, está nas mãos de corruptos e coisas que tais. Por muito que nos digam que o planeamento e outras artilharias técnicas eram pensados por uma elite senhora de uma ética e de uma moral superiores e que as coisas que eram assim cogitadas eram depois escrutinadas e praticadas por outra elite política também entrincheirada no lado bom da humanidade..., não acreditamos.

Assim vão o planeamento e o urbanismo: reféns de sucessivos con-gestionamentos legais que aumentam a pilha burocrática dos planos, regulamentos e leis para tudo, à mistura com pseudo teorias-utopias e lugares comuns transcritos nos preâmbulos das leis e das figuras de planeamento. Como se isso não bastasse, persiste e aumenta o sentimento generalizado da ineficiência, da opacidade e de pequenas e grandes histórias de corrupção, incumprimento e incompetência técnica. Ninguém quis saber muito bem o que é que acontecia ao planeamento e ao urbanismo dos anos de ouro do pós-guerra se, ao mesmo tempo, tivessem mudado avassaladoramente as lógicas e os dispositivos socio-técnicos e económicos da organização social (e por isso também territorial), o poder do Estado e a própria soberania que o Estado-Nação tinha em matéria de regulação social (ordenamento e urbanismo incluído).

O planeamento é o bode expiatório perfeito para verbalizar o mal-estar acerca de muitas questões que preocupam as relações entre os cidadãos e destes com o poder. Tudo isto num tempo em que pelas notícias que constantemente se espalham, acerca dos sucessos e das possibilidades da ciência e da técnica, somos facilmente levados a pensar que é mesmo por incompetência, défice de vontade política ou cedência às pressões e influências que as coisas não acontecem. Acerca disso e mesmo admitindo que esse depósito de conhecimento sociotécnico é bastante para entender e intervir naquilo que chamamos a realidade, raramente paramos para pensar se as razões da ciência e da técnica se bastam a si próprias, ou se são apenas razões entre muitas e, por isso, nada garantem quanto à justeza daquilo que dão a conhecer ou possibilitam praticar. No cinema e na literatura – verdadeiras máquinas de perceber os humanos e os seus mundos - chama-se à ciência ficção científica

² “A solidez das convicções do urbanismo liberal baseia-se num processo que, antes de mais, há que avaliar: assim como a má moeda expulsa a boa, em urbanismo, um conjunto de conceitos vagos marginalizou ferramentas intelectuais mais precisas, mais eficazes, mas menos facilmente partilha-das” (...) os conceitos vagos “apresentam a vantagem de deixar a cada um a possibilidade de produzir as suas próprias interpretações e facilitam, portanto, uma comunicação por ajustamentos sucessivos (parte-se de palavras que de nenhum modo se definem da mesma maneira, e elabora-se pouco a pouco um conhecimento comum por retificação das incompreensões). Em certos casos só este processo evita matar as cooperações à nascença” in Bourdin, Alain (2010) *L’urbanisme d’après crise*, Paris, Éditions de l’Aube.

³ Kuhn, Thomas S. (1991), *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva (ed. original, 1962).

⁴ Popper, Karl (1972), *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix, (ed. original 1935).

e facilmente se cai em utopias luminosas ou distopias apocalípticas. Diria Pascal (com adaptações) que a sociedade tem razões que a ciência e a tecnocracia desconhecem e por aí se pode entender que ciência e tecnologia não são coisas que possam existir numa torre de marfim fora das condições sociais da sua produção e aplicação ou uso.

No entanto, enquanto o planeamento parece inoperacional e confuso, pululam os adjectivos que não dizem nada, como “*sustentável*”, “*resiliente*” e outros placebos; provavelmente a proliferação dos *conceitos vagos*² deve-se exactamente a essa inoperacionalidade. O estado da arte é mau porque a clareza do enunciado dos propósitos é traduzida em adjectivos/metáforas que transbordam de significados, contradições e interpretações e dizem, por isso, respeito a assuntos de natureza caótica onde se misturam desordenadamente valores, ética, tecnologia, macro e micro-escalas, ou realidades de referência pertencentes a geografias e culturas muito distintas. A aparente universalidade e grau de abrangência das questões dependem afinal de enunciados tão genéricos que, de facto, não se aplicam ou verificam em lugar algum. Outras vezes o uso repetido *ad nauseam* desses adjectivos pretende esconder outras intenções e interesses que não o multiplicador social e o interesse público.

Por serem estas considerações tão correntes, terão que existir, com certeza, explicações claras para tal situação. Se estivéssemos num contexto “normal” de evolução de um campo científico, dir-se-ia, segundo Thomas Khun³, que tal ocorrência corresponderia a uma claríssima perda de rigor, clareza e consenso em torno de um paradigma vigente (“realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problematizações e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”), que, por isso, daria lugar a um período de grande instabilidade e ruptura de onde emergiria um novo paradigma apto para resolver a inoperacionalidade do anterior. Segundo Karl Popper⁴, estaríamos num processo de falsificação de um determinado modo de construção de um objecto científico e de práticas de investigação de onde sairiam soluções diferentes.

De um modo genérico, estas considerações epistemológicas podem ser entendidas assim mas a verdade é que estamos bem longe do campo das ciências “duras” que Thomas Khun ou Popper usam como exemplos para clarificar o modo como se constrói e legitima conhecimento em ciência.

As ciências “duras” partilham objectos de estudo, corpos de conhecimentos e metodologias quase universais e pretensamente imunes à variabilidade das culturas e das visões do mundo. As práticas de investigação usadas na

⁵ Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude (1968), *Le Métier de sociologue, préalables épistémologiques*, Paris, Mouton – Bordas.

construção dos objectos científicos, os enunciados e os procedimentos de verificação da verdade, os contextos institucionais que organizam a difusão e a legitimação dos resultados..., tudo isso segue protocolos, linguagens partilhadas e regras de difusão/publicação bastante rígidos. Os próprios objectos de estudo são mais claros na sua formulação e conteúdos. Segundo Pierre Bourdieu, os campos de conhecimento científico que organizam esses sistemas de conhecimento são mais estáveis na sua definição e visibilidade – conhecem-se as universidades, os institutos, as revistas e os laboratórios de referência, os autores reconhecidos, os prémios, ou outro qualquer dispositivo por onde, obrigatoriamente, circulam ideias, realizações e autores. Claro que existem poderes e contra-poderes, lutas simbólicas, processos e estratégias de conquista de visibilidade ou notoriedade mas, no fundo, tudo tem que passar por sistemas de filtragem e de discussão bastante consensuais no modo como se legitima o verdadeiro e o falso⁵. Porém, cair num modelo de cientificação, de construção e legitimação do saber no campo do território ou do planeamento é muito problemático e pode ser mesmo auto-destrutivo.

Por ser uma construção social, o território é um assunto eminentemente político que não possui a universalidade de uma célula ou de um electrão, apesar de, entre outras evidências, poder e dever ser conhecido e debatido também a partir dos conhecimentos científicos.

No campo de conhecimento do território e do planeamento é fácil verificar que:

- › estamos perante domínios de conhecimento mestiços e instáveis que vivem de um tráfego permanente de ideias que ora originam processos imprevisíveis de fertilização cruzada, ora se desfazem em polémicas e gasto de energia para obtenção da apreciação dos pares e/ou aniquilamento dos não alinhados;
- › os mecanismos de produção, circulação e de legitimação de resultados – verificação, critérios de objectividade, argumentação, procedimentos de prova/falsificação, retóricas de validação, etc., são de natureza rizomática e difíceis de discernir em muitas das suas dimensões. Da estética ao gosto, da geometria à cibernética, das artes aos artifícios, das fórmulas matemáticas à poesia, vai um sem fim de situações de elevado espectro de variabilidade;
- › os campos de conhecimento teórico-prático assumidamente culturais, cruzam-se com os mais variados contextos e atravessam meios de difusão e exposição pública completamente díspares e, não raro, contraditórios; variam as razões e as argumentações e qualquer plataforma de discussão onde se centrou a polémica pode, rapidamente, deslocarse e recomeçar com outros argumentos. As regras do jogo são instáveis e pode-se facilmente confundir clareza de argumentação com eloquência, erudição e escolástica;

› estas disciplinas, socialmente, recobrem âmbitos muito diversos, seja na investigação académica, nas práticas profissionais, nos grupos de interesse e influência sociais, na distribuição dos capitais específicos – notoriedade, poder, popularidade, respeito, reconhecimento, etc. Sem negarmos que isto existe também nas ciências duras, é fácil reconhecer que nestas é mais clara a delimitação do campo científico e dos campos sociais e que é mais fácil isolar a “verdade” científica e as suas razões das outras verdades, razões e emoções. Na arquitectura ou nas ditas ciências do território, as coisas podem-se, até, inverter, simplesmente em função da notoriedade de um determinado praticante/profissional dessas disciplinas: uma vez adquirido um determinado poder e visibilidade sociais nos círculos de que se faz parte e onde se joga o capital social correspondente, o prestígio das realizações futuras está mais garantido. A legitimação daquilo que é feito ou dito e de quem o faz ou diz, como se sabe, é a pedra de toque da “verdade”.

Território, planeamento ou urbanismo constituem âmbitos de conhecimento muito abertos, alimentados por uma enorme variedade de campos científicos e não científicos, teóricos e aplicados, das ciências naturais às ciências sociais, da política, ao senso comum. Como se isso não bastasse, misturam-se aqui atitudes puramente analíticas (p.e., como objectivar a análise de uma rede hidrográfica, independentemente do objectivo da pesquisa), com atitudes prescritivas onde aquilo que “deve ser” - porque está na legislação, num código de boas práticas, em exemplos que em dado momento e circunstâncias são tidos como modelares..., pode já ter perdido completamente a razão de assim ser. Sem isso ter ocorrido, pode também dar-se o caso de determinada modalidade que descreve e explica como se “deve” ver determinada questão – considerada técnica e politicamente correcta – ter já reduzido e limitado o campo possível de hipóteses. Pode-se, por exemplo, pensar a Reserva Agrícola Nacional com critérios relacionados com as tecnologias de produção e mercados dos produtos agrícolas e não apenas em função das características agroclimáticas, geomorfológicas e pedológicas do solo? Pode-se prescindir de um critério único ao nível nacional e considerar situações específicas regionais que, de resto, em Portugal conhecem contrastes profundos? No que respeita ao ordenamento do território e ao urbanismo, durante o ciclo dos “trinta gloriosos” anos de desenvolvimento do pós Segunda Guerra Mundial, nas sociedades/regimes políticos das democracias ditas ocidentais, consolidaram-se modos de problematizar e actuar bastante consensuais. Com essa estabilidade e abrangência quase se caiu na crença

⁶ Cf. Estevez, Alejandro M (2006), “Una genealogía de la Tecnocracia” in Henríquez, Hadée; Estévez, Alejandro (coord) (2006), *El poder de los expertos: para comprender la tecnocracia*, Universidad de Maracaibo, Ed. Astro Data, Venezuela.

de que o urbanismo e o planejamento eram uma tecnologia quase “natural”, porque independente das circunstâncias sociais e da sua historicidade. A cientificação da questão e o tecnicismo da linguagem e dos procedimentos alimentaram uma aparente despolítica do ordenamento do território e do urbanismo, o que, convenhamos, era bastante útil para a própria normalização e legitimação política das opções nessa matéria.

A tecnocracia não substituí a democracia mas dava jeito pensar em dois planos opostos, consoante o mais favorável, ora admitindo a total separação entre técnicos e políticos, ora trabalhando em política com propostas e soluções tidas como puramente técnicas e portanto isentas de polémica e deliberação (a matéria própria da política): enfim, tempos modernos.

A crença iluminada na ciência e na técnica conferiam a estas instâncias de conhecimento um estatuto de absoluta verdade (outros diriam objectividade e racionalidade) que só aos deuses se permitia. Como as respostas em ciência pura e aplicada nunca são unânimes (embora cultivemos essa ilusão), qualquer político pode consultar os oráculos científicos disponíveis – os *expertos* como se diz em espanhol – e avançar com o armamento pesado da legitimação das consideradas boas soluções; assim se enrolam até à incompreensão as lógicas cruzadas da democracia e da tecnocracia, uma legitimada no voto e a outra sabe-se lá onde.

O *economês* é o lado mais escuro do poliedro tecnocrata – interesses privados e teorias e tecnologias económicas quantificam, racionalizam, modelizam, prevêem o que quer que seja, capturando e instrumentalizando o Estado e a política com as suas formulações simples e claras que revestem as negruras do mundo organizado pela lógica simples do dinheiro que faz dinheiro. Finalmente Platão - que nunca foi moderno – tinha uma elite iluminada para governar a *res-publica*. Diz Giddens (1979):

“A tecnocracia não é apenas uma aplicação de métodos técnicos para solucionar problemas definidos, é sobretudo um ethos penetrante, uma visão do mundo que subsume a estética, a religião e o pensamento tradicionais num modo racionalista”⁶

Assim, os “especialistas” e os “técnicos” formulavam estudos, pareceres e planos de acordo com modelos e procedimentos bastante consensuais cuja simples legitimação no quadro técnico seria já de central importância; aos “políticos” caberia pôr em acção, e para isso mobilizar os meios necessários. Entre uns e outros haveria um corpo legal, como a lei de bases gerais

da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e outro tipo de regulamentos consagrados pela lei, estabilizando e normalizando procedimentos. Esta questão é da maior importância para entender, ao mesmo tempo, os processos de rigidificação e as dificuldades em abrir brechas num sistema que parece auto-blindado, porque não se sabe quem ou em que instância se começa a discutir o quê, com quem e com que argumentos. Num ambiente aparentemente tão normalizado como o de um congresso de urbanismo percebe-se bem a profundidade dos desacordos, os assuntos bloqueados, ou a retórica escorregadia dos debates. Se assim é num contexto onde se devia estar a passar uma discussão fria sobre modos de analisar, problematizar e intervir, o que será se imaginarmos uma plataforma mais vasta incluindo juristas, representantes das instituições do Estado Central ou dos Municípios, partidos políticos, ambientalistas, empresas, etc. – o ruído seria ensurdecedor.

Por razões que seria impossível desenvolver aprofundadamente aqui, a estabilidade dos dispositivos tecno-políticos do planeamento e do urbanismo foram-se degradando, pelas razões que se explicitam nos pontos que se seguem:

› *i.* Os canais de transmissão entre a evolução do conhecimento científico e técnico e a sua tradução em termos de produção de novos instrumentos legais de intervenção e de definição dos quadros legais re-gulamentadores das políticas e da administração públicas, não são nada claros. Genericamente, a inércia dos quadros regulamentares é excessiva e a produção de conhecimento tecnocientífico é cada vez menos consensual e mais polémica e instável. Pense-se, por exemplo e fora do campo do ordenamento e da urbanística, como discutir bioética e leis a partir da enorme conflitualidade que existe sobre a evolução e as conclusões da biologia molecular e da engenharia genética dentro do seu próprio campo de produção e legitimação de conhecimento. Dá que pensar como é que categorias técnicas como a RAN ou a REN (reservas agrícola e ecológica nacionais) são tão estáveis na sua formulação regulamentar e tão vagas e instáveis no modo como podem ser pensadas e nos objectivos com que são usadas no planeamento corrente.

› *ii.* O Estado deixou de ter capacidade de acção e meios financeiros para assegurar através das políticas públicas aquilo que foi crescendo desmesuradamente em matéria de competências e formas de acção/regulação; a crise política e financeira da social-democracia, os acordos mundiais de comércio, a desregulação da economia global e a própria dissolução do estado-nação no caso da UE, abriram caminho ao liberalismo e à mercantilização de tudo – desde a rede energética à produção de habitação -, provocando uma profunda

erosão nos modos de enunciar e legitimar os desígnios do bem-comum, do serviço público, da defesa dos valores colectivos e de quase tudo o que legitima a acção pública. Mercantilização significa alinhar por regras de mercado e mecanismos de concorrência que hoje se definem ao nível global ou, se quisermos, supra-nacional, ora com a conviência explícita dos Estados e organizações inter-estatais, ora com a sua instrumentalização a favor das regras das denominadas livre concorrência e desregulação dos mercados.

› *iii.* A mercantilização de bens e serviços ao nível global – e que inclui o núcleo duro daquilo que eram as principais matérias do planeamento sectorial e territorial por parte do Estado e das Políticas Públicas, desde a saúde às telecomunicações ou redes de energia – significa, como já se disse, que são as regras do mercado e da concorrência que passam a ser o sistema regulador central de tudo o que entra nessa esfera. O próprio Estado é, assim, também ele próprio capturado, confundindo-se completamente a separação do público e do privado, ou banalizando-se perigosamente os interesses cruzados entre indivíduos e organizações que, ora no aparelho do Estado ou da Administração Pública, ora na condução de processos de concessão e privatização, ora no papel de administradores de empresas..., gerem interesses pouco públicos. Cidadãos, utentes e clientes misturam-se neste nevoeiro e, na esfera pública, as questões discutem-se em plataformas ideológicas móveis onde ora convém falar em clientes e eficiência e produtividade, ora em utentes e organizações de defesa do direito dos consumidores. Nestas dramaturgias, o cidadão e os direitos abstractos de cidadania no modelo do Estado Social acabam por ser atropelados pelas “razões práticas”, seja pela escassez de financiamentos públicos, pela dívida e respectivos encargos, pela regulação extra-nacional da relação do Estado com as empresas públicas, pelos imperativos do investimento e da criação de emprego, etc. Eis como o adjectivo sustentabilidade dá para tudo pro-vando a sua infinita elasticidade e, como agora se diz, resiliência.

› *iv.* Os sistemas sócio-técnicos que organizam as diversas actividades da sociedade e que, por isso, reconfiguram constantemente a produção de território, encontram-se em permanente e, sobretudo, em rápida evolução. A sociedade tecno-humana⁷ produz as mais diversas e contraditórias territorialidades (como antes, mas agora com rotação mais veloz e maior grau de complexidade), baralhando facilmente princípios, *p.e.*, de regulação urbanística julgados imutáveis e indiscutíveis. François Ascher é especialmente claro quando explica o modo como o sistema PIBE – as tecnologias, sistemas e infraestruturas que suportam a mobilidade de Pessoas, Informação, Bens

⁷ Allenby, Braden R.; Sarewitz, Daniel Sarewitz (2011), *The Techno-Human Condition*, the MIT Press

e Energia – está a reconfigurar, como nunca, a espacialidade da urbanização⁸.

Esta última questão somada com a anterior dificulta bastante a leitura da sociedade/território e baralha consideravelmente o tipo de valores que se podem defender e que se consideram legítimos para argumentar como e porquê o planeamento e o urbanismo se ocupam de que coisas, com que argumentos ou prioridades.

“Cities are the summation and densest expressions of infrastructure, or more accurately a set of infrastructures, working sometimes in harmony, sometimes with frustrating discord, to provide us with shelter, contact, energy, water and means to meet other human needs. The infrastructure is a reflection of our social and historical evolution. It is a symbol of what we are collectively, and its forms and functions sharpen our understanding of the similarities and differences among regions, groups and cultures. The physical infrastructure consists of various structures, buildings, pipes, roads, rail, bridges, tunnels and wires. Equally important and subject to change is the ‘software’ for the physical infrastructure, all the formal and informal rules for the operation of the systems” (Herman and Ausubel, (1988), *Cities and Their Vital Systems*)⁹

Quando ouvimos falar da “Internet das Coisas” e imaginamos complexos sistemas em que os nossos electrodomésticos interagem através de sistemas de gestão de redes energéticas ou que o automóvel que conduzimos é continuamente registado num qualquer sistema que se ocupa da monitorização de fluxos de tráfego, facilmente poderemos imaginar (ou não) o que são sistemas sócio-técnicos enquanto potenciais instrumentos de poder e controle social e não apenas “redes e sistemas infraestruturais” pensadas como simples próteses técnicas politicamente neutras e que facilitam e tornam mais cómoda a vida dos humanos¹⁰. Entretanto, o urbanismo continua a dar uma importância central à forma urbana como se isso fosse a questão central para discutir qualquer argumento de justiça social, desenvolvimento económico ou o que seja. É fácil constatar (neste e noutros temas) que o que pensamos serem os efeitos induzidos pela morfologia são facilmente deformados pelos próprios sistemas socio-técnicos que constantemente redefinem funcionalidades, causas e efeitos.

› v. Face a estas instabilidades e mudanças drásticas, sobrevoam os valores ditos *ambientais*, da *sustentabilidade*, e semelhantes, como questões insistentemente repetidas para qualquer coisa a qualquer escala do (micro)local ao global. De muito repetido, contextualizado de muitas maneiras a propósito

⁸ Ascher, François (2004), *La société hypermoderne, ou Ces événements qui nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs*, L'Aube, Paris.

⁹ Citado em Graham, Stephen; Marvin, Simon (2001), *Splintering Urbanism*, Routledge, London, p.1

¹⁰ Cf. Bender, T. (2010) ‘Reassembling the city: networks and urban imaginaries’, in I. Fariás and T. Bender (eds) *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Research*, pp. 303–323. New York: Routledge

de tudo, chega-se a uma situação ainda mais confusa e bastante mistificadora porque todas as confusões quederivam dos temas atrás apontados, se podem enunciar em formato ambiental, sustentável, ecológico, etc. É preciso lembrar também que os três pilares da sustentabilidade – eficiência económica, justiça social e ausência de pegada ambiental – remetem para um registo utópico que parecendo política, moral e eticamente justo, se revela, a maior parte das vezes, completamente inoperacional e contraditório. Basta *p.e.* constatar o grau de polémica que existe em torno do dióxido de carbono, dos gases com efeito de estufa e do aquecimento global e como tudo se baralha, quando toca a discutir o que é que os países pobres devem ou não fazer. Nestes e noutros temas, a “despolitização” das questões e respectiva discussão vai a par com os fundamentos ideológicos do capitalismo liberal global, ora mercantilizandando novos produtos e serviços “verdes”, ora revestindo a máquina do dinheiro de responsabilidades sociais, ora, simplesmente, capturando os valores e os discursos da sustentabilidade para finalidades de pura política de imagem e promoção de produtos e serviços. O cidadão comum, desfocado entre a sua experiência empírica, o conhecimento local e o alarmismo mediático da *sociedade do risco*¹¹, dificilmente pode ampliar e adaptar o raciocínio para a escala global porque não é de um jogo de escalas e dimensões que se trata, mas de um modo de regulação completamente diferente e que aproveita todas as fracturas positivas e negativas que existem no nosso planeta contraditório e desequilibrado (como sempre) para aproveitar, ali, salários de miséria, algures, poder de consumo muito elevado, além, ausência de normativas ambientais, mais à frente, condições de vida miseráveis, etc. Quem regula a justiça do todo e a trajetória errática do desenvolvimento desigual? Não existe; desconfia-se que ninguém¹².

Com o desígnio da sustentabilidade e em termos de pura retórica é assim encontrada uma meta-contextualização que, aparentemente, serviria para tudo. Não é verdade. A generalização excessiva dos conceitos, a polissemia, a elasticidade..., não correspondem a nenhuma evidência e clareza, mas a um jogo de enganos com uma música de fundo. Como o ordenamento do território e o urbanismo têm como finalidade a acção sobre a regulação dos processos sócio-territoriais, não se ganha nada com enunciados e problematizações muito para lá das condições objectivas que existem para essa intervenção. Por comparação, seria como montar uma grelha de conhecimento muito sofisticada sobre um eco sistema complexo, quando a acção se circunscreve apenas a prescrever um xarope para a tosse que apenas perturba superficialmente um determinado elemento desse sistema.

¹¹ Beck, Ulrich (1995), *Ecological Politics in an Age of Risk*. Cambridge: Polity Press.

¹² Cf. Brenner, Neil; Peck, Jamie ; Theodore, Nik (2011), *Después de la neoliberalización – estrategias metodológicas para la investigación de las transformaciones regulatorias contemporáneas*, Urban, Madrid, pp.21-40, <http://polired.upm.es/index.php/urban/article/view/409/1878>

13 Latour, Bruno (s/ data), *Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern* in <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf>

Se a retórica do planeamento e do urbanismo coloca a fasquia dos objectivos muito elevada e contendo um significativo grau de complexidade e de acção coordenada – multi-sectorial e multi-espacial -, é muito mais elevado também o risco do insucesso e da ineficiência do planeamento e, por isso, da sua própria deslegitimação. Chama-se a isto um paradoxo, donde só se poderá sair ajustando expectativas a possibilidades de acção, e não, como hoje, alimentando uma dinâmica inversamente proporcional: aumenta-se a complexidade e a ambição do enunciado à medida que diminui a possibilidade de intervir prefigurando um quadro patológico de bulimia severa.

De uma ou de outra forma, a questão parece clara e a tarefa dupla ou tripla: trata-se de perceber a falência de um determinado número de práticas, procedimentos, crenças e as razões que justificam a confusão, ou mesmo a deslegitimação, em torno dessas formas de produzir conhecimento, e, ao mesmo tempo, tentar reinventar novos significados, utilidades, ou modos de acção.

Estas tarefas têm sido dificultadas pela inércia. Território, planeamento ou urbanismo, por permanecerem na sua condição de “conceitos vagos” sem a qual a sua operacionalidade seria nula, apresentam-se frequentemente avessos à discussão e ao risco de debater se a diversidade de questões que cada um transporta a propósito do território e da sua regulação cabem em conceitos-contentor que tudo incluem, incluindo contradições. Quando assim ocorre, como Bruno Latour insistentemente relembra, existe uma tendência para confundir “factos” e “assuntos” e, respectivamente, “as matérias de facto” e “as matérias em discussão”¹³.

Os factos (logo se verá como são explicitados, classificados, medidos, argumentados...) ou pseudo-factos só se podem discernir adequadamente se forem expostos na problemática que os expõem, i.e., uma “linha de água” enquanto facto territorial que interessa ao planeamento e ao urbanismo, só será inteligível num contexto minimamente estável onde as qualidades que lhes são atribuídas estão já reduzidas à pertinência e à hierarquia de importância que lhes é conferida nesse contexto e na relação com outros factos. Diferente disto é pensar (como é comum) que o modo de problematizar a tal “linha de água” decorre do somatório, da amálgama, de sub-campos disciplinares e técnicos onde esse facto ocorre: uma lógica de produção energética para quem estuda e planeia hidro-eléctricas; um recurso quantificável para quem se interessa por captações e sistemas de rega; diversos entendimentos sobre valorização estética e paisagística; um ecossistema com determinadas características, potencialidades e ameaças; etc. - pense-se também se, além disto, o modelo

¹⁴ Elden, Stuart (2013), *The Birth of Territory*, Chicago: Chicago University Press.

de referência é, por exemplo, sueco porque aí se apontaram boas práticas para o *benchmarking*, como se o que funciona, é justo, pertinente e prioritário na próspera e nórdica Suécia o fosse de igual modo no Ribatejo.

Dirão que o planeamento serve exactamente para equacionar essa variedade de forma “integrada” e “articulada”. Pode ser, mas o registo tecnocientífico de pouco servirá se não se assumir que esse processo de deliberação é essencialmente político, i.e., depende de mecanismos de debate, decisão, legitimação..., que não derivam do tecnicismo que domina a produção de conhecimento sobre planeamento, o qual, frequentemente, para exorcizar a imensa carga ideológica que contém, se defende com a ilusão da neutralidade do próprio tecnicismo e do seu carácter generalizante.

O território, para além de integrar uma infinidade de conteúdos tecnocientíficos que lhe conferem sentidos, é, também, o resultado de uma *tecnologia política*¹⁴ composta por sistemas legais, debates políticos, teorias, conceitos, práticas, instrumentos e procedimentos de medição e representação, técnicas de (tele)detecção, cartografia, sistemas de informação geográfica, bases de dados (...), ao serviços de formações sociais e sistemas de poder e de governo/administração mais ou menos justos e transparentes (ou nem por isso).

Analisar território tem pouco de tecnocracia mesmo que assim pareça; é, sobretudo, mergulhar a fundo na própria sociedade, no seu potencial de relação e de conflitualidade, na contingência e na permanente instabilidade. Contra a ilusão da objectividade e da neutralidade dos “factos” e das matérias de facto (os indicadores, as variáveis, os dados, as quantidades, os números que dizem “falar por si”) e das relações entre os factos (os sistemas causais simples, as racionalidades mais ou menos fechadas nas suas circunstâncias), interessa expor e avaliar, como argumenta Bruno Latour (*Reassembling the Social*, 2005) as “matérias em discussão”, ou seja, os contextos em que os “factos” emergem e tomam forma através do modo como são percebidos e debatidos, quem e como organiza o debate e com que razões.

3. PARA ACABAR

É assim o território. Tomado por qualquer das suas evocações - o que equivale a um exercício de expansão de imagens, representações, percepções, conteúdos, significantes, significados..., e também simplificações -, a ilusão do consenso (tal como a permanência da polémica) legitimam a continuidade da existência das coisas e das realidades e ficções que são convocadas para esse efeito. A sobreabundância de assuntos que alimenta o território está

em relação exponencial com a proliferação de sentidos e polémicas - a verdadeira matéria constitutiva do território¹⁵

O território ou os territórios, apesar do sentido telúrico que normalmente vem apenso, são como as nuvens de Aristófanes: podem assumir a forma que se desejar, podem-se transformar, podem ser etéreas, generosas ou ameaçadoras, podem ser, enfim, pura retórica, figurações fugidias e vagas para seduzir o vento e os ouvintes.

Território torna-se assim um dispositivo de leitura e inteligibilidade do real de uma extrema voracidade; é omnívoro. Alimenta-se praticamente de tudo com a vantagem de tornar visível (dar a ver ou representar enquanto estratégia de objectivação) qualquer problemática sujeita a um processo de “territorialização” (como, na discussão sobre a paisagem, o equivalente ao *mis en paysage*)¹⁶. Os recursos usados nestas manobras de significação percorrem um imenso espectro que vai desde a “artialização”¹⁷ – veja-se, no campo da fotografia, a diversidade de autores, géneros, temas... -, à diversidade dos discursos de “cientifização” que encontram no campo vasto e estruturado da ciência inúmeras instâncias e plataformas de convicção e de legitimação e, nas questões ambientais, um poderoso argumento político de larga aceitação social, pelo menos ao nível dos enunciados genéricos.

No entanto, o carácter necessariamente mutável do território – e da suposta “desterritorialização” que outra coisa não é senão o nome de múltiplas rupturas e metamorfoses da construção permanente da territorialidade - confere-lhe conteúdos instáveis, frágeis, vulneráveis, contraditórios, com um elevado poder de dramatização. A tensão permanente entre a preservação/destruição; estabilidade/ameaça; prazer/ descontentamento; aceitação/negação; incerteza/convicção, etc., produzem uma tensão constante que encontra na própria diversidade e contradição sociais uma fonte de consciência e racionalidade agónica, ávida de confronto, negociação, normatividade, imposições, penalizações,... de modo a regular essa conflitualidade¹⁸.

É por esta razão que o discurso e a prática políticas em torno do território se revelam de uma extrema utilidade para se perceber de que se fala realmente quando se fala de território e de como agir *no e através do território*. A politização do território permite recentrar social e geograficamente uma ideia de “espaço público” como dispositivo de discussão e conflito, de implicação/vinculação no contexto de um colectivo social, de negociação e de deliberação em torno das questões, dos actores, da estrutura social dos campos em presença, dos argumentos, dos poderes e contra-poderes, dos implicados

¹⁵ Ver raciocínio paralelo para “paisagem” em Domingues, Álvaro (2012), Paisagens Transgénicas, in Bandeira, P; Catrica, P. (ed), Missão Fotográfica Paisagem Transgénica, EAUM, FCG, Guimarães 2012, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

¹⁶ Donadieu, Pierre (2002), *La société paysagiste*, Actes Sud – ENSP.

Cf. tab. Debardieux, Bernard (2007), « *Actualité politique du paysage* », *Revue de Géographie alpine*, nº4, sobre o « empaysagement des sociétés occidentales ».

¹⁷ Roger, A. (1997), *Court traité du paysage*, Ed. Gallimard, Bibliothèque des Sciences Humaines, Paris.

¹⁸ Cf. Morillas, José Manuel Martín (2003), *Los sentidos de la violencia*, Universidad de Granada, Granada.

e dos excluídos, da acção do Estado em matérias de provisão e regulação de bens e de serviços públicos, da mercantilização da paisagem, do envolvimento dos meios de comunicação, dos “lugares/territórios” da paisagem. O conflito e a guerra são algumas das expressões mais radicais do território enquanto arena de disputa política.¹⁹

Dentro desta tese sobre, ao mesmo tempo, a ficção em torno do território enquanto reveladora dos factos territoriais, e o território enquanto expressão, lugar, apropriação, palco do jogo político, pode-se fazer um elenco de significados recorrentes sobre assuntos territoriais:

- › o território, na sua acepção mais comum, pode ser um quadro de regulação em termos de geografia política e administrativa ou soberania; um ecótopo correspondente à prevalência de um determinado ecossistema; um espaço vital (perigoso enunciado que já legitimava o nazismo e a superioridade de uma determinada raça); uma simples circunscrição para efeitos de exercício de controlo ou fiscalização;

- › pode ser contentor e conteúdo, podendo variar desde um enquadramento simples para introduzir questões sobre a organização social; um dispositivo narrativo sobre a distribuição das coisas no espaço; uma matriz onde algo se cria e se produz; um código descritivo de padrões, formas e limites; ou um artefacto de explicação e produção de sentido;

- › pode ser um sistema de localizações no espaço desde a grelha abstracta de coordenadas de um GPS; à organização/mapeamento por atributos, taxionomias e listas; ou suporte de enunciados simples como área de influência, extensão espacial de um determinado fenómeno; ponderação de distância ou proximidade;

- › pode ser um sistema de posições e relações; um espaço relacional e meramente topológico como o mapa de um sistema de metro; um descritor de uma relação de centro/periferia; um quadro espacial que designa a simultaneidade de algo; uma cartografia de proximidades, contiguidades, assimetrias ou homogeneidades; um espaço de organização e coerência de fluxos;

- › não menos importante, o território é também um referente identitário; um espaço vivido e percebido; um lugar ou âmbito de pertença ou exclusão; como Alain Roger diz a propósito da paisagem, pode ser entendido por realidades reconhecíveis ou invenções e representações;

- › finalmente e para qualquer efeito, o território tem que ser uma casa comum e aí reside a sua legitimidade política²⁰.

¹⁹ Ferrão, João (2011), *O Ordenamento do Território como Política Pública*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Sgard, Anne (2002) « *Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun* », Cahiers de Géographie du Québec, déc. 2002, n° spécial, vol. 46, n°129

Lacoste, Yves (1976), *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, Maspero, Paris.

²⁰ Domingues, Álvaro DOMINGUES; Nuno TRAVASSO (2015), *Território Casa Comum*, FAUP, Porto.

Seja o que for que a retórica científico-técnica invente ou que a retórica prescritiva das leis sancione, os assuntos que formam o território e conduzem à intervenção no território têm que ser percebidos na lógica do cidadão e do interesse público. Em tempos de crise do sistema democrático e do Estado-Nação, nunca é demais lembrar Henri Lefèbvre e o sentido socialmente construído da territorialidade que toma forma exactamente a partir dos assuntos que são debatidos enquanto assuntos territoriais (não importa saber se o são ou não, *i.e.*, se é adequado denominá-los assim).

Temos a evidência comum que o território é o lugar onde as coisas têm existência, nomeadamente em função da forma como são apropriadas individual e colectivamente. A crise do território ou da urbanização (cidade é apenas uma metáfora literária) é a crise das coisas públicas, da *res publica*, e só se clarificará quando conseguirmos clarificar quem nos governa, com que objectivos e, sobretudo, como queremos ser governados para lá dos sistemas fechados onde nos colocam – os mercados, a competitividade, a globalização, o empreendedorismo, a natureza, o ambiente... e outras palavras para rever ou destruir.

referências

- Allenby, B. R. & Sarewitz, D. (2011). *The Techno-Human Condition*, the MIT Press
- Ascher, F. (2004). *La société hypermoderne, ou Ces événements qui nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs*, L'Aube, Paris.
- Beck, U. (1995). *Ecological Politics in an Age of Risk*. Cambridge: Polity Press.
- Bender, T. (2010). 'Reassembling the city: networks and urban imaginaries', in I. Fariás and T. Bender (eds) *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Research*, pp. 303–323. New York: Routledge.
- Bourdieu, P. & Chamboredon, J. (1968). *Le Métier de sociologue, préalables épistémologiques*, Paris, Mouton – Bordas
- Bourdin, A. (2010). *L'urbanisme d'après crise*, Paris, Éditions de l'Aube
- Brenner, N., Peck, J., Theodore, N. (2011). *Después da le neoliberalización – estratégias metodológicas para la investigación de las transformaciones regulatorias contemporáneas*, Urban, Madrid.
- Debardieux, B. (2007). «Actualité politique du paysage», *Revue de Géographie Alpine*, n°4, sobre o « empaysagement des sociétés occidentales».
- Domingues, A. (2012). *Paisagens Transgênicas*, in Bandeira P.; Catrica, P (ed), *Missão Fotográfica Paisagem Transgênica*, EAUM, FCG, Guimarães 2012, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- Donadieu, Pierre (2002). *La société paysagiste*, Actes Sud – ENSP
- Domingues, Álvaro; Nuno, Travasso (2015). *Território Casa Comum*, FAUP, Porto
- Elden, Stuart (2013). *The Birth of Territory*, Chicago: Chicago University Press.
- Estevez, A. M. (2006). "Una genealogía de la Tecnocracia" in Henriquez, Hadée; Estévez, Alejandro (coord) (2006), *El poder de los expertos: para comprender la tecnocracia*, Universidad de Maracaibo, Ed. Astro Data.
- Ferrão, J. (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Graham, S. & Simon, M. (2001). *Splintering Urbanism*, Routledge, London.
- Henriquez, H., & Alejandro E. (coord) (2006). *El poder de los expertos: para comprender la tecnocracia*, Universidad de Maracaibo, Ed. Astro Data, Venezuela.
- Kuhn, T. S. (1991). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva (ed. original, 1962).
- Lacoste, Y. (1976). *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, Maspero, Paris.
- Latour, B. (s/ data). *Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern* in http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89_CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf
- Morillas, J. M. M. (2003). *Los sentidos de la violencia*, Universidad de Granada, Granada. Lefebvre, Henri (1967), *Vers le Cybernanthrope (contre les technocrates)*, Paris: Denoël/Gonthier.
- Popper, K. (1972). *A Lógica da Pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, (ed. original 1935).
- Roger, A. (1997). *Court traité du paysage*, Ed. Gallimard, Bibliothèque des Sciences Humaines, Paris.
- Sgard, A. (2002). «Le paysage dans l'action publique : du patrimoine au bien commun», *Cahiers de Géographie du Québec*, déc. 2002, n° spécial, vol. 46, n°129.